



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso do município de Pedro II - PI.

JESSICA OLIVEIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

MICROCRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso do município de Pedro II – PI.

Introdução

Dados do Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional (BCB, 2019) apontam que, em 2018, 377 municípios brasileiros não possuíam qualquer atendimento bancário, seja em agências, em postos de atendimento físico ou posto de atendimento eletrônico. Destaca-se aqui a Região Nordeste, que abriga 60% deste total.

Ainda, mais da metade das operações de crédito são destinadas para pessoas com rendimento acima de cinco salários mínimos, o que correspondia a 6,2% da população em 2017 (BCB, 2018). Estas, por muitas vezes não possuem patrimônio suficiente a ser oferecido como garantia de pagamento do empréstimo, nem empreendimentos formalmente registrados (CARVALHO *et al*, 2009), acabam não sendo um público atrativo para os bancos convencionais.

Como consequência, os mais pobres ficam à margem do sistema financeiro, justificando, assim, desde 1994, o esforço do governo brasileiro em ofertar políticas públicas de microcrédito para a inclusão financeira destes excluídos do sistema financeiro tradicional. É que o microcrédito, por utilizar mecanismos institucionais baseados em relações de confiança e solidariedade, em detrimento de garantias reais (patrimônio, bens) requeridos pelos bancos convencionais, se constitui como uma via mais democrática de acesso ao crédito (ZOUAIN E BARONE, 2007; RIGO; FRANÇA FILHO; SILVA JUNIOR, 2012; FREITAS, 2013).

Atualmente, a política pública mais importante no Brasil é o PNMPO (Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado). No entanto, os estudos de Gurgel (2018) e os de Braga (2011) apontam as limitações deste programa em atender àqueles mais pobres, tendendo a operar tal como as instituições de crédito convencionais.

O que Carvalho *et al* (2009), Freitas (2013) e Junqueira; Abramovay (2005) apontam é que a maioria destas organizações operadoras de microcrédito enfrentam pressões de investidores para alcançar a sustentabilidade financeira. Assim, acabam se moldando aos preceitos lucrativos do sistema financeiro tradicional, inaugurando um novo nicho de mercado (CARVALHO *et al*, 2009; QUIDTY, FETZER E GHATAK, 2016; FRANÇA FILHO, 2013a) ao priorizar os objetivos financeiros em detrimento dos sociais.

Como solução para este impasse, Rigo; França Filho; Silva Junior (2012), Menezes e Croco (2009) e Rigo; França Filho; Leal (2015) defendem que os bancos comunitários são organizações mais promissoras no que diz respeito ao atendimento aos mais pobres e na promoção do desenvolvimento local. Isto porque possuem atuação circunscrita a uma localidade (município, comunidade ou bairro) e se baseiam em valores que não os de mercado, mas os da economia solidária.

Diante disso, assumiu-se o objetivo de investigar os efeitos do microcrédito ofertado por bancos comunitários no desenvolvimento local, em comparação com programas nacionais de microcrédito. Assim, busca responder ao seguinte questionamento: qual a percepção dos tomadores sobre a forma como o microcrédito ofertado pelos bancos tradicionais e pelos bancos comunitários pode influenciar a promoção do desenvolvimento local de Pedro II - PI?

A literatura deste tema normalmente tem como fonte de dados o próprio banco, em detrimento da percepção de seus usuários. É o caso dos estudos de Silva (2017), Mostagi *et al* (2019) e de Santana (2011). Por isso, esta pesquisa contribui ao ouvir os tomadores de crédito do Banco Rede Opala, localizado no município de Pedro II, estado do Piauí.

O sistema financeiro tradicional, exclusão financeira e o advento do microcrédito

No Brasil, o acesso ao crédito é menor nas faixas mais baixas de renda e de pouca escolaridade. Segundo o relatório do Banco Central do Brasil (BCB), mais da metade (54%) do volume da carteira de crédito para pessoas físicas foi destinado para consumidores com renda acima de cinco salários mínimos, que correspondem a 6,2% da população (BCB, 2018). E ainda:

Entre a população que recebe até 1 salário mínimo por mês, os tomadores de crédito representam 11%, o menor índice. É de se esperar que as pessoas nessa faixa tenham mais dificuldade na obtenção de crédito pela dificuldade de comprovar renda e apresentar garantias, mas não se conhece a demanda por crédito (BCB, 2018).

Como “servir ao não pobre aumenta a sustentabilidade financeira da instituição” (CARVALHO *et al*, 2009, p. 7), os bancos pertencentes ao Sistema Financeiro tradicional ou excluem esta maioria significativa da população ou praticam juros e cláusulas contratuais mais rigorosas de modo a se resguardar diante dos altos custos operacionais incorridos, agravando a exclusão e configurando uma nova forma de exploração dos mais pobres (DYMSKI, 2005; MENEZES e CROCO, 2009).

Como entende França Filho (2013a), a exclusão financeira é um dos componentes do processo de exclusão social que atinge, geralmente, pessoas sem acesso a direitos mais básicos e está fortemente associado à informalidade.

A informalidade é um dos principais aspectos que impedem ou dificultam o acesso ao crédito e a outros serviços dos bancos tradicionais pelos mais pobres, sendo o que justifica a cobrança extorsiva de taxas e juros aos que não conseguem comprovar renda, uma vez que tais clientes não possuem garantias reais para oferecerem às instituições financeiras (FRANÇA FILHO, 2013a, p. 31-32).

O funcionamento natural do sistema financeiro tradicional (SF) tende a pôr os mais pobres numa condição permanente de exclusão, como um ciclo vicioso: indivíduos em condição de desigualdade socioeconômica tem acesso restrito ao crédito pelo SF, o que os coloca também numa condição de exclusão financeira e social. A opção que lhes parece mais atrativa é atuar na informalidade. E o ciclo se repete.

A criação de programas de oferta de microcrédito, com mecanismos adaptados à realidade destes excluídos do SF parece ser uma solução promissora.

Medidas de inclusão financeira no Brasil e o advento das finanças solidárias

A primeira experiência de microcrédito ocorreu na década de 1970, com o Grameen Bank, em Bangladesh, graças ao trabalho do professor de economia Muhammad Yunus. No entanto, somente no ano de 1997 o microcrédito entrou para o cenário mundial como política de enfrentamento da pobreza. E em 2005, a ONU (Organização das Nações Unidas) decretou este o Ano Internacional do Microcrédito.

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um

crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE *et al*, 2002, p. 11).

Quanto ao Brasil, as experiências de microcrédito no Brasil tiveram quatro fases. Nas duas primeiras, período de 1970 a 1998, a oferta de microcrédito estava a cargo de ONGs (Organizações Não Governamentais), com tímida participação de governos municipais estaduais. Na terceira e quarta fase, o microcrédito se fortalece como política do governo federal, tendo uma expressiva ampliação a partir de 2002 com a reformulação da política de microcrédito e, em 2004, com o surgimento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (FARRANHA, 2005).

Tal percurso têm alcançado resultados positivos. O último Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central, publicado em 2015, apresenta um aumento das operações de microcrédito em 16,6% no ano de 2014, em relação a 2013. Este percentual é maior que o crescimento da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional (11,3%) (BCB, 2015).

Isto se deve a mecanismos institucionais mais inclusivos e condizentes com a realidade socioeconômica dos tomadores de crédito. A exemplo do aval solidário, que funciona como um mecanismo de controle social mútuo, em que

O monitoramento utiliza da proximidade, tanto social - pelos vínculos (amizade, vizinhança, parentesco etc.), quanto geográfica - para acompanhar in loco os investimentos alheios. A eficiência desses mecanismos sociais é identificada pela importância dos bens em jogo. Não se trata de bens patrimoniais dados como garantia, já que os pobres pouco têm a oferecer nesse sentido, mas de bens intangíveis, como a reputação individual e familiar - que, nesse contexto, se tornam um dos maiores patrimônios preservados pelas famílias pobres (FREITAS, 2013, p. 46)

Além do aval solidário, o microcrédito possui outras características que o diferencia do crédito convencional, conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Características do microcrédito

CARACTERÍSTICAS DO MICROCRÉDITO	
CRÉDITO PRODUTIVO	Está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo.
AUSÊNCIA DE GARANTIAS REAIS	Uso do aval solidário (fiança solidária) ou indicação de fiador/avalista.
CRÉDITO ORIENTADO	O microcrédito é realizado de forma assistida pelo Agente de Crédito. Este auxilia os empreendedores com informações e orientações essenciais para o êxito dos negócios.
CRÉDITO ADEQUADO AO NEGÓCIO	O valor e a renovação dos empréstimos acompanham a capacidade de pagamento do tomador e o crescimento do negócio.
AGILIDADE NA ENTREGA DO CRÉDITO	Proximidade do cliente, baixa burocracia e agilidade da entrega do crédito.
IMPACTO SOCIAL	O acesso ao crédito continuado fortalece os empreendimentos e aumenta a renda das famílias.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Barone *et al* (2002)

Ferreira Jr *et al* (2018) observam que a oferta de microcrédito pelas políticas públicas brasileiras está concentrada nos bancos públicos federais - como Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNB. Com efeito, após o Programa Crescer (do PNMPO), estes três bancos públicos alcançaram a participação de mercado em 95% no segundo trimestre de 2014 (FERREIRA JR *et al*, 2018).

Esse dado é problemático porque enfraquece a atuação das chamadas Organizações de Microfinanças (OMFs) mais locais, como ONGs, OSCIPs, agências de fomento e cooperativas de crédito. Com isso, enfraquece a capilaridade dos serviços micro financeiros junto aos empreendedores de baixa renda (FERREIRA JR *et al*, 2018). Isto porque, “ao mobilizar a poupança local e canalizá-la para projetos de investimento na própria região, contribuiriam para aumentar a renda, desencadeando um círculo virtuoso no qual renda gera poupança, que financia investimento e produz mais renda” (FERREIRA JR *et al*, 2018, p. 13).

Não obstante, alguns especialistas estimam que não mais que 1% dos programas de microcrédito operados por ONGs em todo o mundo são financeiramente sustentáveis e que 95% delas ainda dependem de subsídios e doações (MORDUCH, 1999). Como consequência, tais instituições acabam se moldando aos preceitos lucrativos do sistema financeiro tradicional, inaugurando um novo nicho de mercado (CARVALHO *et al*, 2009; QUIDTY, FETZER E GHATAK, 2016; FRANÇA FILHO, 2013a).

O mesmo acontece com as políticas públicas de microcrédito. A pesquisa de Braga (2011) ao analisar os dados do PNMPO, especificamente o programa Crediamigo do Banco do Nordeste, observa que o foco do programa está, prioritariamente, em atender profissionais já estabelecidos ou empreendimentos já existentes, com comprovação de, pelo menos, seis meses de funcionamento. Também, o total de trabalhadores do setor informal atendidos pelo Crediamigo é de pouco mais de 8% (BRAGA, 2011). Ainda, os estudos de Gurgel (2018) mostram que os recursos do PNMPO têm sido destinados a estados brasileiros mais desenvolvidos em detrimento de estados menos desenvolvidos.

Neste cenário, lança-se mão de uma terceira via de oferta de crédito: as chamadas finanças solidárias ou “finanças de proximidade”. O microcrédito solidário, atividade das finanças solidárias, é operacionalizado principalmente pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs).

Bancos Comunitários de Desenvolvimento: atuação, valores e práticas

As finanças solidárias fazem parte do movimento da Economia Solidária, cujo conceito traz uma ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. Para França Filho (2013a), as principais expressões das finanças solidárias são os Fundos Solidários, os Clubes de Troca, as Cooperativas de Crédito Solidário e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Este último ganha destaque na pesquisa, sendo entendido como

[...] serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (MELO NETO SEGUNDO E MAGALHÃES, 2009, p. 21).

O primeiro banco comunitário no Brasil surgiu no final dos anos 90 na cidade de Fortaleza-CE, no Conjunto Palmeira. Atualmente, existem 113 Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) distribuídos por todas as regiões em 20 estados e 90 municípios

(INSTITUTO BANCO PALMAS, 2019). “Em 2013, um milhão de brasileiros foram impactados positivamente pelas ações dos bancos comunitários” (MELO NETO SEGUNDO, 2014).

O caráter local permeia toda e qualquer ação dos BCDs. A começar pela sua criação e gestão. Para serem criados, é necessária a manifestação de interesse dos membros da comunidade, que se tornam seus gestores e proprietários (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009).

As linhas de crédito oferecidas têm o intuito de estimular o consumo local e costumam se dividir em duas: Crédito Produtivo e Crédito para Consumo. A primeira é direcionada à criação ou desenvolvimento de micro, pequenos e médios empreendimentos; enquanto que a segunda destina-se a gastos cotidianos, de pequena monta e sem juros (RIGO, FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

Para a análise da solicitação de crédito, os bancos comunitários utilizam ferramentas de controle social em detrimento de consulta a outros bancos ou sistemas comuns de proteção ao crédito (a exemplo de SPC ou Serasa). Os principais critérios adotados são: i) necessidade do solicitante; ii) conduta na comunidade; e iii) capacidade de pagamento (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015).

“Essas informações são colhidas nas conversas com o vizinho e com os comerciantes locais, na visita à casa do morador solicitante e na própria participação do morador nas atividades do Banco Palmas e da comunidade” (NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS, 2013, p. 111). Critérios como a disponibilidade dos recursos do BCD e o histórico dos pagamentos do solicitante no BCD, também fazem parte do processo de tomada de decisão (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 88).

Os Bancos Comunitários também criam tecnologias sociais, com as moedas sociais. Estas são circulantes locais restritos a um determinado território de atuação, com o intuito de incentivar tanto a manutenção da circulação do dinheiro, quanto o consumo no local, gerando trabalho e renda (RIGO; FRANÇA FILHO, 2017).

A forma como os BCDs tentam garantir sua sustentabilidade financeira é outra singularidade, porque implica a articulação de diferentes lógicas de organização econômica e múltiplas fontes de recursos (FRANÇA FILHO, 2013a). Neste sentido, os BCDs recorrem simultaneamente:

- À uma lógica de economia mercantil, quando os recursos se originam de pagamento de serviços;
- À uma lógica de economia não-mercantil, quando os recursos se originam de fontes públicas (governamentais ou não governamentais), e mesmo privadas, por meio de transferência direta característica de uma forma de subsidiariedade econômica;
- À uma lógica de economia não monetária, quando os recursos não são financeiros e baseiam-se em diferentes mecanismos de solidariedade como cooperação, ajuda mútua e distintas formas de doação ou troca dádiva, fundamentado em valores como confiança e lealdade (FRANÇA FILHO, 2013, p. 93).

Apesar de terem características comuns entre si, os bancos comunitários se adaptam às especificidades do local, o que permite a coexistência de experiências únicas num mesmo Estado, Região ou País. Com isso, são importantes agentes na promoção do desenvolvimento local.

Desenvolvimento Local

A partir de Amartia Sen, criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que lhe rendeu um Prêmio Nobel de Economia em 1998, a ideia de desenvolvimento sai da esfera puramente econômica e ganha uma dimensão social e política, com ênfase no conviver em sociedade, tendo o indivíduo como agente. Nessa esteira, surge o conceito de desenvolvimento sustentável acrescentando a dimensão ambiental às demais dimensões básicas: social, econômica e política-institucional (FRANÇA FILHO, 2019).

Para além dos interesses essencialmente governamentais e partindo de iniciativas dos sujeitos locais, ganha força um tal desenvolvimento cujo protagonismo está na participação da sociedade civil: o desenvolvimento local.

Cattani *et al* (2009, p. 111) propõe dez atributos definidores da noção atual de desenvolvimento local, a saber:

1. Um processo de mudança, levando à melhoria do bem-estar e das condições de vida da população;
2. Centrado numa comunidade territorial de pequena dimensão, definida pela existência (real ou potencial) de uma identidade comum, capaz de mobilizar solidariedades de ação (coletiva) e com pretensões a uma autonomia de afirmação do seu destino;
3. Que tem como uma das suas motivações fundamentais a resposta a necessidades básicas da comunidade que estão por satisfazer;
4. A partir essencialmente da mobilização das capacidades locais;
5. O que implica a adoção de metodologias participativas e de “empowerment” da comunidade local (do ponto de vista individual e coletivo);
6. Contando também com a contribuição de recursos exógenos, capazes de mobilizar e fertilizar os recursos endógenos (e não de os substituir ou inibir);
7. Numa perspectiva integrada, na abordagem dos problemas e das respostas;
8. O que exige uma lógica de trabalho em parceria, ou seja, de articulação dos vários atores, protagonistas e instituições locais ou a trabalhar no local;
9. Com impacto tendencial em toda a comunidade;
10. E segundo uma grande diversidade de processos, dinâmicas e resultados.

Em Buarque (1999), tem-se o desenvolvimento local como

um processo endógeno de pequenas unidades territoriais e de agrupamentos humanos, capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população (grifos do autor). [...] singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas *capacidades* e *potencialidades* específicas (grifos do autor) (BUARQUE, 1999, p. 9).

Tal organização social territorial para o desenvolvimento pode assumir a forma de rede de economia solidária. É a solução que França Filho (2008) apresenta para o enfrentamento da pobreza e para a promoção do desenvolvimento local. A via sustentável-solidária “passa pela ideia de reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de economia solidária enquanto estratégia complexa e inovadora de cooperação para promoção do desenvolvimento local” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223).

METODOLOGIA

O município de Pedro II está localizado na macrorregião Meio-Norte do Estado do Piauí. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estima-se que a população Pedrossesgundense, em 2018, é de pouco mais de 38.000 habitantes.

Como atividades econômicas, se destaca a agricultura, baseada, principalmente, na produção sazonal de feijão, arroz, milho, castanha de caju, cana-de-açúcar e macaxeira. O município também se destaca na criação de animais - caprinos, peixes, galináceos, suínos, ovinos, bovinos e abelhas (IBGE, 2020).

Este município foi eleito como lócus de estudo por possuir características parecidas com os demais municípios do Brasil que abrigam bancos comunitários. Isto porque, diversos autores apontam que os bancos comunitários normalmente atuam em localidades caracterizadas por alto grau de exclusão e desigualdade social, baixo nível de renda e de IDH (SILVA JR, 2007; RAPOSO; FARIA, 2015; MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2009). Pedro II ocupa a posição 168º no índice de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Estado, apresentando muito alta vulnerabilidade (0,516), (CEPRO, 2018).

Esta é uma pesquisa qualitativa, com abordagem interpretativa. Os sujeitos ouvidos são os beneficiários do programa de microcrédito do Banco Rede Opala. O universo da pesquisa são pessoas que tomaram crédito até o ano de 2017, informado pelo Banco Rede Opala. Nesta lista constam as principais informações de contato dos beneficiários.

Para a coleta de dados foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental junto ao Banco Rede Opala e entrevista estruturada.

Do total de 137 beneficiados do universo da pesquisa, 126 são mulheres e 11 são homens, sendo 63 residentes da zona rural de Pedro II - PI e 74 da área urbana. Foram entrevistadas 12 mulheres, todas artesãs, sendo 8 moradoras da zona urbana e 4, da zona rural. Este número se refere a todas aquelas que foram encontrados e se dispuseram a participar da entrevista.

As buscas ocorreram em julho de 2019. Para localização das beneficiárias, foi utilizado o aplicativo de telefone Google Maps que, por muitas vezes ou não reconhecia o endereço ou apontava para localização errada. Assim, muitos tomadores de crédito não foram encontrados por nenhuma dessas fontes, ou se recusaram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os sujeitos entrevistados não têm as suas identidades reveladas, sendo citados no texto como participante da pesquisa (PP), sob os códigos PP1, PP2, PP3, (...), PP12, atribuídos aleatoriamente. Foi utilizado um aplicativo de celular como gravador para registrar as perguntas e respostas, com consentimento dos participantes. O programa MAXQDA auxiliou na transcrição dos áudios coletados e na análise.

Para a análise dos dados elegeu-se a técnica Análise de Conteúdo, nos termos de Bardin (2016) e Vergara (2005). Esta técnica foi escolhida porque “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 222). As categorias de análise foram definidas a posteriori, como explicam Freitas; Janissek (2000). São elas: (1) oportunidade de acesso ao crédito e (2) contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Banco Rede Opala

O Banco Rede Opala está situado na cidade de Pedro II – PI e é o segundo banco comunitário de desenvolvimento (BCD) do Estado. Foi inaugurado em 08 de junho de 2012 depois que líderes comunitários, presidentes de associações e membros de empreendimentos solidários da região decidiram doar recursos próprios em dinheiro para criar um fundo solidário.

Complementarmente, recebeu apoio financeiro da Obra Kolping de Pedro II e da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), vinculada à Universidade Federal da Bahia, para formação do fundo financeiro do Banco. A prefeitura municipal cedeu o espaço onde se localiza o banco comunitário.

A parceria firmada com a Caixa Econômica Federal até hoje é umas das principais fontes de receita. Conforme documento de movimentação de caixa, em janeiro de 2013 o valor da remuneração como correspondente bancário chegou a mais de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

O Banco Rede Opala compartilha da realidade dos demais bancos comunitários da região nordeste brasileira: 23,1% dos BCDs da região contaram com programas de crédito governamentais e doações da própria comunidade para constituir seus fundos de crédito (RIGO; FRANÇA FILO; LEAL, 2015).

Sua missão consiste em promover o acesso bancário seguindo os valores da economia popular solidária atendendo habitantes do município, especialmente membros de associações, grupos de economia popular solidária, pessoas em situação de vulnerabilidade social e iniciativas de pequenos empreendedores formais e informais, potencializando e fortalecendo a economia local. Em 2015, 120 famílias foram beneficiadas com o crédito para produção, sendo mensalmente mais de 800 famílias atendidas pelos demais serviços financeiros ofertados.

O Banco Rede Opala faz circular na região a moeda social Opala. Lastreada pela moeda oficial Real (cada real vale uma moeda social Opala), é encontrada em cinco valores: 0,50 centavos de opala, 1 opala, 2 opalas, 5 opalas e 10 opalas (Figura 1).

A arte da moeda foi desenvolvida com a participação dos artistas locais, utilizando os principais símbolos de identidade local, notadamente o minério semiprecioso Opala.

Figura 1 – A moeda Opala



Fonte: Banco Rede Opala

Metade das entrevistadas já usaram a moeda Opala e a outra metade nunca usaram ou não a conhecem. No entanto, o microcrédito oferecido pelo Banco Rede Opala tem participação unânime em suas vidas econômicas.

O microcrédito solidário do Banco Rede Opala

A análise documental permitiu observar que a principal linha de crédito oferecida pelo banco comunitário de Pedro II destina-se ao financiamento de atividades produtivas diversas, notadamente o artesanato em fio (redes e tapetes).

O crédito é liberado nas modalidades individual ou em grupo, de acordo com a atividade produtiva do solicitante. O valor emprestado é de R\$250,00 reais (duzentos e cinquenta reais) com pagamento em cinco parcelas de R\$50,00 reais (cinquenta reais) e carência de um mês. Para acessá-lo, é preciso apresentar os documentos de identificação, falar sobre a atividade que desenvolve e qual a finalidade do empréstimo.

Quando perguntadas se o Banco Rede Opala fazia pesquisa em órgãos oficiais de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, duas entrevistadas não souberam responder com certeza. As demais responderam que não.

Quanto ao montante emprestado, PP4 e PP5 disseram:

[...] É, se fosse mais ainda era melhor né, mas é suficiente pra gente ‘num’ ficar tão ‘aperreada’ né (PP4, 2019).

[...] Não, não foi suficiente, mas era bom na época né. Com que pude pagar no momento né (PP5, 2019).

Por outro lado, PP5 afirmou que pretendia fazer novamente o empréstimo no Banco Opala, caso o valor liberado fosse maior.

Muitas respondentes dizem não incidir juros ou não souberam responder. No entanto, PP12 detalha que, dos R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) contratados são descontados R\$ 7,00 (sete reais), restando R\$ 243 (duzentos e quarenta e três reais) para uso efetivo.

Por ser um percentual reduzido, as beneficiárias podem ter a percepção de que os juros são muito baixos ou inexistentes. Ou, ainda, a informação que mais lhes interessa é o valor da parcela, se vão conseguir pagar. Nem mesmo em caso de inadimplência incide juros, como relatou PP7. Nem cobrança houve quando esteve nesta condição.

Interessante destacar que o valor liberado não era nem em moeda Real, nem em moeda Opala. Ao invés disso, o Banco entregava uma espécie de autorização de retirada com o valor do empréstimo, já descontados os juros. Esta nota é apresentada ao comerciante parceiro do Banco, que fornece o material ao tomador de crédito, sem contato algum com dinheiro.

Na fala de PP11:

[...] Isso é bom, porque se a gente pegasse o dinheiro ia desviar né, podia até desviar comprando outra coisa sem necessidade, aí a gente já pegando o material só vai trabalhar, né. Vai trabalhar pra dar conta de pagar e lucrar (PP11, 2019).

Esta é uma das práticas originais dos BCDs: a formação de uma rede de prossumidores - uma associação entre os produtores e os consumidores locais como incentivo à economia da região. Com isso, “materializa a expressão concreta de uma outra economia nos territórios, a forma encontrada para se fortalecerem as economias locais, reorganizando-as na direção de um outro modo de promover o desenvolvimento, com base nos princípios da economia solidária” (CATTANI, 2009, p. 31).

A maioria respondeu que conheceram o Banco Rede Opala por meio de pessoas próximas (amigos, vizinhos ou parentes). Por isso, se sentiam mais seguras em tomar o empréstimo, porque pessoas próximas já o tinham feito. Não à toa, todas as entrevistadas disseram que indicariam ou que já indicaram para amigo, parente ou vizinho.

Muitas relataram que tinham ido algumas vezes à sede do Banco e este estava fechado ou a oferta de crédito estava suspensa. Comentários sobre se o Banco Rede Opala ainda funciona foram recorrentes. PP1 relata que fez o empréstimo do Crediamigo, porque o crédito do Banco Rede Opala estava suspenso.

Estes são desafios comumente enfrentados pelos bancos comunitários de modo geral. Rigo; França Filho; Leal (2015) discutem e afirmam que:

A construção do fundo de crédito, tanto no momento da sua criação quanto posteriormente, tem se mostrado insuficiente para manter a plenitude das ações destas organizações nos territórios. Tais dificuldades força-os a racionar ou, algumas vezes, interromper as concessões de crédito (RIGO; FRANÇA FILHO; LEAL, 2015, p. 103).

Frente a tais desafios, no ano de 2018 o Banco Rede Opala fez um acordo de cooperação com órgão administrativo do governo do Estado do Piauí, a Secretaria de Planejamento. A partir daí, os mecanismos de oferta de microcrédito do Banco Rede Opala aproximaram-se das práticas comumente encontradas em instituições financeiras convencionais.

O microcrédito tradicional atuante no município de Pedro II - PI

As entrevistadas destacaram o Programa Crediamigo como o mais contratado e disseminado no município. Diante disso, optou-se por destacá-lo nesta pesquisa.

O programa Crediamigo foi criado em 1998 e faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) do Governo Federal. É considerado o maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul, porque possui 475 postos de atendimento, mais de 2 milhões de clientes ativos, R\$ 9 bilhões aplicados em 2018, mais de 4 bilhões de empréstimos em 2018.

Não à toa, as entrevistadas afirmaram que este é o primeiro tipo de microcrédito que contrataram e relatam como funciona o Programa.

Para acessar o crédito é necessário: i) ser maior de idade; ii) ter ou querer iniciar uma atividade comercial; iii) ter faturamento de até 200 mil reais ao ano; iv) para crédito em grupo é preciso reunir um grupo de amigos empreendedores; v) para crédito individual é necessária a garantia de coobrigado. Além disso, um agente de crédito visita o local de trabalho do solicitante para conhecer melhor o negócio: tamanho, possibilidade de expansão, capacidade de pagamento, total de dívidas, de faturamento, entre outros.

Os valores emprestados variam de R\$1.000,00 (um mil reais) a R\$3.000,00 (três mil reais), sendo liberado, em média, em até seis dias. Caso entre novo integrante no grupo, este prazo passa para 15 dias. A cada renovação é realizada nova visita como forma de acompanhamento do negócio e nova avaliação da capacidade de pagamento.

As entrevistadas PP8 e PP9 relatam que, por vezes, o agente de crédito recomenda com veemência que seja contratado uma quantia maior, mas que acabam decidindo tomar um valor mais condizente com sua realidade financeira. O que contradiz uma das características do microcrédito convencional. Conforme Barone *et al* (2002), o microcrédito tem como característica ser adequado ao negócio, na medida em que “o valor e a renovação dos empréstimos acompanham a capacidade de pagamento do tomador e o crescimento do negócio” (vide Quadro 1).

Ainda relatam alguma dificuldade em honrar com os compromissos assumidos com o Crediamigo. A fala PP12 abaixo explica:

[...] Dá mais dor de cabeça. Já não vou nem fazer mais, vou só pagar esse ano aí... já encerrei minha carreira com o Banco do Nordeste. É porque tem vez que dá, tem vez que não dá pra gente pagar né. Porque quando meu esposo trabalha, já dá mais um pouquinho né e com o lucro que a gente ganha tem que comprar alguma coisa pra comer, tem as coisinhas de casa pra gente mermo, tem de higiene pra gente aí... acaba gastando, aí acaba não dando (PP12, 2019).

A avaliação da solicitação de crédito não é feita em Pedro II, mas em Teresina, capital do Estado do Piauí, como relata PP6. Isto porque, é uma operação ampliada, padronizada e centralizada, sem dar autonomia aos territórios, exemplificando o que França Filho (2013a) denomina de relações “sócio-afastadoras”.

O funcionamento do aval solidário é explicado: os grupos são formados por pelo menos três pessoas, que geralmente se conhecem e foram indicadas entre si, normalmente parentes, amigos, vizinhos ou pessoas próximas. O cadastro, a visita do agente de crédito, a liberação e o pagamento são individuais. Dentre os membros do grupo é escolhido um coordenador que tem a função de gerenciar o pagamento de cada membro. As entrevistadas relataram que, se pelo menos um membro não pagar, todos os demais têm seus nomes incluídos nos órgãos de proteção ao crédito como inadimplentes.

Semelhante ao primeiro contato com o Banco Rede Opala, as entrevistadas souberam da atuação do programa por meio de indicação de parentes, vizinhos ou amigos, bem como por reunião realizada pelos agentes de crédito no bairro ou comunidade. Ou ainda, por iniciativa própria, indo até o posto de atendimento do Banco do Nordeste existente no município de Pedro II.

Em geral, estão satisfeitas com o Programa Crediamigo. Consideram os juros baixos, gostam do atendimento e das orientações gerenciais repassadas quando da visita do agente de crédito. Quando perguntadas se indicariam o Banco do Nordeste para algum amigo ou familiar, a maioria respondeu afirmativamente. Três disseram que não precisava de indicação, ou porque o Crediamigo já faz o trabalho de captação ou porque todos na região já conhecem e, por isso, não há necessidade.

Contribuição do microcrédito para o desenvolvimento local

Quanto à contribuição do Banco Rede Opala para o desenvolvimento local, a maior parte das entrevistadas respondeu que o microcrédito solidário é importante, porque dá a oportunidade aos seus beneficiários de incrementar ou obter renda. As falas de PP1 e PP5 retratam essa percepção.

[...] quase todo mundo que a gente ouça assim, de vez em quando a gente tá num lugar, fala: ‘Ah eu fiz um empréstimo no Banco Opala’, ‘Ah hoje eu faço rede porque eu fiz empréstimo’, ‘ah eu tô vendendo um tapete porque eu fiz um empréstimo no Banco Opala’, então acredito que mudou a vida de muita gente aqui na cidade (PP1, 2019)

[...] As pessoas que não tinha nenhuma renda, aí começa a trabalhar com as redezinha, aí vai vendendo e vai... (PP5, 2019).

Já PP6 enfatiza que o Banco Rede Opala é importante não apenas para os artesãos tomadores de crédito, mas também para os comerciantes parceiros.

[...] Eu acredito que aquele pessoal lá do mercado achava muito bom. Todo mundo mexe com isso. É muita gente, que às vezes tinha cinco ou seis pessoas recebendo aquele material, e os comerciantes achavam bom demais. Porque pagando logo ali com dinheiro, a moça já escolhe aquela loja que vai comprar... já tem aquela loja certa que ela já dá o palpezin ali pra gente, a gente já vai lá naquela loja. Só em material, a gente não pega no dinheiro (PP6, 2019).

PP10 destaca como um dos motivos de ter gostado de tomar crédito neste banco é que o valor da parcela do empréstimo é fácil de pagar e acredita que as demais pessoas percebem o mesmo. Por outro lado, PP2 diz que o valor liberado pelo Banco Opala não é suficiente para suprir as necessidades das pessoas e que, por isso, acabam buscando empréstimos em outras instituições financeiras atuantes no território.

PP2 concorda e observa que os empréstimos disponíveis na cidade de Pedro II, quer seja oferecido pelo banco comunitário, quer seja pelos bancos convencionais, contribuirão para o aumento e diversificação do comércio local.

[...] Eu acho que sim, porque tem muita gente que... Às vezes têm uns que tinham um comércio pequenininho, depois que começou a pegar esses créditos, eles cresceram bem mais. Já teve deles que já até se expandiu, já montaram outras filiais e tudo... e têm pessoas que vão crescendo cada dia mais na cidade (PP2, 2019).

PP1, PP7 e PP10 afirmam que é possível utilizar o dinheiro tomado neste programa para outra finalidade que não a compra de insumos de produção, como pagamento de contas, compra de ração para animais, itens de supermercado, entre outros. O que incorre em desvio de finalidade do crédito, contrariando uma das características trazidas pelo Quadro 1, baseado em Barone *et al* (2002). E ainda nega o que preconiza a atual lei do PNMPO, a Lei nº 13.636/2018:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com **objetivo de apoiar e financiar atividades produtivas de empreendedores, principalmente por meio da disponibilização de recursos para o microcrédito produtivo orientado** (LEI n. 13636/2018, grifo nosso).

Para Junqueira; Abramovay (2005, p. 22), “as organizações de microfinanças não têm nem tempo nem recursos suficientes para supervisionar a utilização dos empréstimos”. Isto, porque, dada sua atuação ampliada em todo o território nacional, dispõem de mecanismos escaláveis, padronizados, impessoais e rígidos, sem qualquer identificação à dinâmica específica do local, sem estabelecer relações de proximidade.

A partir da literatura acerca do conceito de desenvolvimento local, destacam-se palavras-chave como: protagonismo comunitário, mobilização local, ação da sociedade civil, participação social local, processo endógeno, conquista coletiva, perspectiva integrada dos problemas e soluções locais. Com isso, fica claro que os mecanismos de oferta de crédito pelos bancos comunitários se aproximam muito mais do desenvolvimento local do que aqueles utilizados pelo microcrédito convencional.

CONCLUSÃO/CONTRIBUIÇÃO

Diante do exposto, nota-se a direta contribuição do Banco Rede Opala para o desenvolvimento local, a partir da retenção do dinheiro tomado ao território, impedindo a fuga para outra região. Do mesmo modo o abono do pagamento de juros por atraso pelo Banco Rede Opala, mostra sua orientação ao local e atuação contextualizada, com a precedência dos objetivos sociais em relação aos objetivos financeiros.

Por outro lado, tem-se contribuição indireta do Crediamigo para o desenvolvimento local. Isto porque, o recurso tomado no Crediamigo permite o uso tanto no município do beneficiário quanto em localidade diversa (fuga). Assim como pode ser utilizado tanto para insumos de produção quanto para bens de consumo, desviando-se de sua finalidade primeira.

Com esta pesquisa ficou evidente a necessidade e a demanda por programas de microcrédito destinados à população de baixa renda em um dado território. Quer seja operado por um banco comunitário ou por um banco tradicional, já que ambos contribuem para a geração de renda e a dinamização da economia local.

Os bancos comunitários também necessitam de apoio institucional de políticas públicas para acesso ao crédito de pessoas marginalizadas do sistema financeiro tradicional. Inclusive, a coexistência de um banco comunitário em meio a instituições do sistema financeiro tradicional faz refletir sobre uma demanda real por mecanismos específicos de acesso ao crédito de parcela da população menos favorecida. A ideia não é favorecer um em detrimento do outro, mas sim reconhecer suas particularidades e relevância na economia local, cada um a seu modo. Quem ganha é o território.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira. - n. 1. Brasília: BCB, 2018. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio%20Cidadania%20Financeira_BCB_16jan_2019.pdf. Acesso em 25 set. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Relatório de Evolução do Sistema Financeiro Nacional, Brasília: BCB, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Relatório de Inclusão Financeira. – n. 3. Brasília: 2015. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/Nor/relinconfin/RIF2015.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2018.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BARONE, F. M. et al. Introdução ao Microcrédito. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BRAGA, T. S. Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); e revoga dispositivos das Leis nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e 10.735, de 11 de setembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da

República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm. Acesso em: 24 jan. 2020.

BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. Brasília, DF: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. 1999. Disponível em: <<http://iica.org.br/docs/publicacoes/publicacoesiica/sergiobuarque.pdf>>. Acesso em 22 Out. 2018.

CARVALHO, D. M. et al. Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, 47, Porto Alegre. Anais eletrônicos..., Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/196.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2018.

CATTANI, A. D. et al (autor). Dicionário Internacional da Outra Economia. São Paulo, SP: Edições Almedina, 2009.

DYMSKI, G. A. Banking Strategy and financial exclusion: tracing the pathway to globalization. Economia. Curitiba: Editora UFPR, v. 31, n. 1 (29), jan-jun. 2005. Disponível em: [revistas.ufpr.br > article > download](http://revistas.ufpr.br/article/download). Acesso em: 22 fev. 2020.

FARRANHA, A. C. Olhares sobre a pobreza: entre o global e o local – A experiência de microcrédito no município de Vitória. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

FERREIRA JR, R. R. et al. Desconcentração da política de inclusão financeira produtiva: uma estratégia de desenvolvimento para regiões periféricas. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 9-25, ABR/JUN. 2018. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/912/710>. Acesso em: 09 fev. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. (org). Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual, 2013a, 107 p.

FRANÇA FILHO, G. C. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. O&S, v. 15, n. 45, p. 219-232, ABR/JUN, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302008000200017. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Economia e Desenvolvimento. Salvador, BA: UFBA, Escola de Administração, 2019. 97 p.

FREITAS, A. F. de. Organizações de Microfinanças: inovações e desafios para a inclusão financeira. Rev. Adm. UFMS, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, JAN./MAR. 2013. Disponível em: [periodicos.ufsm.br > reaufsm > article > download > pdf](http://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/pdf). Acesso em: 09 fev. 2020.

FREITAS, H. M. R. de; JANISSEK, R. Análise Léxica e Análise de Conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para a exploração de dados qualitativos. Porto Alegre, RS: Editora Sagra Luzzanatto, 2000.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ (CEPRO). Índice de Vulnerabilidade Social no Piauí por Territórios de Desenvolvimento. Teresina: Fundação CEPRO, 2018. 51p. – (Série Inclusão Social; n. 3).

GURGEL, T. de A. M. O Microcrédito no Brasil: uma análise sobre o programa nacional de microcrédito produtivo orientado. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus) – Lisbon School of Economics e Management, Universidade de Lisboa, PT, 2018.

IBGE. Portal Cidades. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pedro-ii/panorama>. Acesso em: 02 de Abril de 2020.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Disponível em: <https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em: 31 out 2019.

JUNQUEIRA, R.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das finanças solidárias. Revista de Administração da USP, 40 (1): 19-33. 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417390002>. Acesso em: 22 jul. 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. Bancos Comunitários. IPEA: Mercado de Trabalho, n. 41, nov. 2009

MELO NETO SEGUNDO. M. Bancos Comunitários: uma prática de finanças solidárias no Brasil. Forum Brasileiro de Economia Solidária, 2014. Disponível em: http://www.fbcs.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8056&Itemid=62. Acesso em: 21 de setembro de 2015

MENEZES, M. S.; CROCO, M. A. Sistemas de Moeda Social: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. Revista Organização e Sociedade. Campinas, SP, v. 18, n. 2 (36), p. 371 – 398, Ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v18n2/a06v18n2.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MORDUCH, J. The Microfinance Promise. Journal of Economic Literature, V. 37, p. 1.569-1.614, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2565486?seq=1>. Acesso em: 10 out. 2019.

MOSTAGI, N. C. et al. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1518-70122019000100111&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

NESOL-USP; INSTITUTO PALMAS. Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando. São Paulo, SP: A9 Editora, 2013.

QUIDTY, J.; FETZER, T.; GHATAK, M. Commercialization and the decline of joint liability microcredit. Warwick Economics Research Paper Series. Fev., 2016. Disponível em: CAGE Discussion Paper No: 272. Acesso em: 06 set. 2019.

RAPOSO, J. G.; FARIA, M. S. Banco Comunitário e Moeda Social: organização comunitária e desenvolvimento local . Revista Organizações em Contexto, v. 11, n. 22, p. 551-569, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38692/banco-comunitario-e-moeda-social--organizacao-comunitaria-e-desenvolvimento-local->. Acesso em: 20 fev. 2020.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G.C. de. Bancos Comunitários e Moedas Sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva. Salvador, BA: EDUFBA, 2017. 126 p.

RIGO, A.; FRANÇA FILHO, G. C. de; LEAL, L. P. Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições. Desenvolvimento em Questão, n. 31, ano 13, jul./set., 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21895>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIGO, A. S.; FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JÚNIOR, J. T. Políticas de Microcrédito no Brasil: uma Análise a Partir do Caso dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 6, 2012, São Paulo. Anais Eletrônico..., São Paulo. Disponível em: <http://congressos.pucsp.br/index.php/VIENAPEGS/VIENAP/schedConf/schedule>. Acesso em: 24 mai. 2018.

SANTANA, C. A. Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o Apoio à Promoção do Desenvolvimento Local: o caso do Banco Ilhamar. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2011.

SILVA JR., J. T. Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. Cadernos Gestão Social, Salvador, BA, v. 1, n. 1, p. 1-18, set./Dez. 2007. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cgs/article/view/31480>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SILVA, S. P. Economia Solidária e Finanças de Proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2017. 82 f. (Texto para discussão, n. 2270).

VERGARA, S. C. Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre Política Pública de Acesso ao Crédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social: o microcrédito na era FHC. Revista de Administração Pública – RAP, 41(2), p. 369-380, Mar./Abr., 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2018.